



**Ao Senhor Gerente Consultivo e Judicial
da Procuradoria Imobiliária, Urbanística e Ambiental**

Referem-se os autos à solicitação de apoio jurídico na confecção de recurso ao CRMV-SP em face do Auto de Multa nº 01233/2023, do qual passamos a análise.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo - CRMV-SP ao lavrar o Auto de Multa nº 01233/2025 contra o Município de Bauru, em razão do Auto de Infração nº 05069/2023, na “DESCRIÇÃO DOS FATOS E FUNDAMENTOS LEGAIS” utiliza como justificativa a “INCONFORMIDADE DO ESTABELECIMENTO DE ATENDIMENTO A ANIMAIS DE PEQUENO PORTE”, respaldando-se nos seguintes regramentos:

- art. 12 da Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV nº 1275/2019;
- art. 5º, alíneas “a” e “c”, art. 7º, art. 8º, art. 16, alínea “f”, art. 27 e art. 28 da Lei nº 5.517/1968;
- art. 1º, parágrafo único, art. 2º e art. 8º do Decreto-Lei nº 467/1969 c/c art. 18, § 1º, inciso II do Decreto nº 5.053/2004.

Transcrevemos a seguir trecho do Auto de Infração nº 05069/2023, diligência 2023/007948, ao descrever os fatos e sua fundamentação legal:



DESCRIÇÃO DOS FATOS

Foi constatado que o consultório veterinário fiscalizado não cumpre com as exigências definidas pela resolução CFMV nº 1275/2019, **conforme descrito no roteiro em anexo.**

ATIVIDADE CONSTATADA: Centro de controle de zoonoses, consultório veterinário e abrigo de cães e gatos.

FUNDAMENTO LEGAL

INFRINGÊNCIA

(x) INCONFORMIDADE NO ESTABELECIMENTO DE ATENDIMENTO A ANIMAIS DE PEQUENO PORTE (REs CFMV nº 1275/2019, art 12 Lei nº 5.517/1968: art. 5º, alíneas “a” e “c”. 7º, 8º, art 27, art 28 e 16 “f” Dec Lei nº 467/1969, art 1º, art 2º e 8º Dec nº 5053/2004) (g.n.).

O trecho acima destacado trata do documento Roteiro de Inspeção de Consultório Veterinário, diligência 2023/007948, que constatou que “o consultório veterinário fiscalizado não cumpre com as exigências definidas pela resolução CFMV nº 1275/2019, conforme descrito no roteiro em anexo”, do qual reproduziremos apenas as ações não-conformes:

b) Pia de higienização?

(x)Sim.

(x) Não conforme.

R: falta pia no consultório de uso interno.

2) Geladeiras/unidades de refrigeração com registro diário de temperatura?

(x)Sim.

(x) Não conforme.

R: Planilha de registro de temperatura desatualizada.

III) Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS?

(x)Não.



(x) Não conforme.

R: Não possui (modelo no site do CRMV-SP ou solicitar por e-mail).

V) Medicamentos controlados de uso humano ou veterinário armazenados em armários providos de fechadura, sob controle e registro do RT?

(x) Sim.

(x) Não conforme.

R: Possuem livro de registro relacionado ao medicamento controlado utilizado para os procedimentos de eutanásias. Falta incluir o registro dos outros medicamentos controlados.

VII) Instalações físicas externas e internas em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza?

(x) Não.

(x) Não conforme.

R: Estruturas precisam de reforma no geral.

A seguir, elencaremos os artigos utilizados no embasamento tanto do auto de infração, quanto no auto de multa, iniciando pela Resolução CFMV nº 1275/2019, que conceitua e estabelece condições para o funcionamento de estabelecimentos médico-veterinários de atendimento a animais de estimação de pequeno porte e dá outras providências, e que em seu art. 12 trata das penalidades, conforme abaixo colacionamos:

*Art. 12 Os estabelecimentos médico-veterinários e os profissionais médico veterinários que **não cumprirem as exigências definidas nesta Resolução** incorrerão em infração punível com a aplicação de multa, conforme Resolução CFMV nº 682, de 16 de março de 2001, e outras que a complementem ou alterem. (g.n.).*

A Lei nº 5517/1968 que dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, nos artigos dos quais o Município foi autuado referem-se à competência privativa da profissão do médico veterinário nas três esferas de poder, bem como trata da



administração direta e indireta e à fiscalização do regular exercício da profissão do médico veterinário:

Art. 5º É da **competência privativa do médico veterinário** o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados, **dos Municípios**, dos Territórios Federais, entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista e particulares:

a) a prática da clínica em tôdas as suas modalidades;

c) a assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer forma; (g.n.).

Art 7º A **fiscalização do exercício da profissão** de médico-veterinária será exercida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, e pelos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, criados por esta Lei.

Art 8º O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) tem por finalidade, além da **fiscalização do exercício profissional**, orientar, supervisionar e disciplinar as atividades relativas à **profissão de médico-veterinário** em todo o território nacional, diretamente ou através dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CRMV).

Art 16. São atribuições do CFMV:

f) expedir as resoluções que se tornarem necessárias à fiel interpretação e execução da presente lei;

Art. 27 As firmas, associações, companhias, cooperativas, empresas de economia mista e outras que exercem atividades peculiares à medicina veterinária previstas pelos artigos 5º e 6º da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, **estão obrigadas a registro nos Conselhos de Medicina Veterinária** das regiões onde funcionarem. (Redação dada pela Lei nº 5.634, de 1970)

Art 28. As firmas de profissionais da Medicina Veterinária, as associações, empresas ou quaisquer estabelecimentos cuja atividade seja passível da ação de médico-veterinário, deverão, sempre que se tornar necessário, fazer prova de que, para êsse efeito, **têm a seu serviço profissional habilitado na forma desta Lei.**



O Decreto-Lei nº 467/1969 que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências, teve como objeto de embasamento para a fiscalização os artigos 1º, 2º e 8º em interpretação conjunta com o Decreto nº 5053/2004, que aprova o regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem ou comercializem, e dá outras providências, no artigo 18, § 1º, inciso II, dos quais seguem.

Assim, cf. o Decreto-Lei nº 467/1969:

Art. 1º É estabelecida a **obrigatoriedade da fiscalização** da indústria, do comércio e **do emprego de produtos de uso veterinário**, em todo o território nacional.

Art. 2º A fiscalização de que trata o presente Decreto-Lei será exercida em **todos os estabelecimentos** privados e **oficiais**, cooperativas, sindicatos rurais ou entidades congêneres que fabriquem, fracionem, comerciem ou armazenem produtos de uso veterinário, **estendendo-se essa fiscalização** à manipulação, **ao acondicionamento e à fase de utilização dos mesmos**.

Art. 8º A **responsabilidade técnica** dos estabelecimentos a que se refere este Decreto-Lei, **cabará obrigatoriamente a veterinário**, farmacêutico ou químico, conforme a natureza do produto, a critério do órgão incumbido de sua execução.

E também o Decreto nº 5053/2004:

Art. 18. O estabelecimento e produto referidos neste Regulamento, para serem registrados, deverão possuir **responsável técnico** com qualificação comprovada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e legalmente registrado no órgão de fiscalização do exercício profissional respectivo.

§ 1º Para o estabelecimento, a **responsabilidade técnica deverá atender os seguintes requisitos**:

II - tratando-se de estabelecimento que apenas comercie ou distribua produto acabado, será **exigida responsabilidade técnica do médico veterinário**;



O Sr. Murilo José Vendramini Cuoghi, médico veterinário, CRMV-SP nº 25.824, chefe da seção de controle de zoonoses e responsável técnico da unidade fiscalizada, interpôs recurso ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo - CRMV-SP, Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento - URFA Botucatu - SP, ao cuidados do Sr. Walter Luiz de Oliveira Silva, referente ao AI CRMV SP nº 05069/2023 em que informava e ao final solicitava:

(...) as não conformidades assinaladas no Roteiro de Inspeção de Consultório Veterinário, diligência 2023/007948 foram sanadas na sua maioria, conforme fotos e descrições em anexo, ficando somente a reforma geral para ser cumprida.

Portanto vimos por meio deste, solicitar o deferimento de recurso no prazo de 180 dias, a fim de regularização da reforma geral solicitada.

No que, por meio do documento NOT-03477/2023/SM-SP, Processo Administrativo nº 05125/2023 o r. Conselho decide deferir o recurso e conceder 180 dias de prazo para regularização das infrações apontadas (no Auto de Infração nº 05069/2023):

Tendo em vista a solicitação de prazo para a regularização do Auto de Infração, protocolada nesta Autarquia sob o número 047646/2023 venho por meio deste informar que foi concedido o prazo até 29/03/2024 para a regularização das infrações apontadas. Ressalta-se que as atividades dependentes dos equipamentos faltantes, que possam colocar em risco os animais, devem ser suspensas até a aquisição dos mesmos. Até o prazo concedido, vossa senhoria deve obrigatoriamente apresentar junto ao CRMV-SP os documentos comprobatórios da regularização.

A comprovação da regularização é obrigação do autuado.

O Manual de Responsabilidade Técnica e Legislação - 4ª Edição Revisada - 2019 (link: https://crmvsp.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/MANUAL_RT_CRMV-SP.pdf, p. 139, acesso em 30/07/2025) elucida informações importantes acerca dos centros de zoonoses, bem como quais regramentos contém as estruturas mínimas para a regularidade destes estabelecimentos:

Saúde

Estabelecimentos de saúde



São contemplados neste item hospitais, clínicas, consultórios e ambulatórios veterinários cujas atividades e **estruturas mínimas são definidas pela Resolução CFMV nº 1.015/12 e pelo Decreto Estadual nº 40.400/95**, assim como **centros de controle de zoonoses**. (g.n.).

O supracitado manual prossegue na explanação ao adentrar nas peculiaridades dos centros de controle de zoonoses, conforme trecho extraído dele:

Em geral, as **unidades** que desenvolvem programas de **controle de zoonoses** e de fatores biológicos de risco, bem como de prevenção de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, **são da esfera municipal da saúde**, recebendo denominações diversas, tais como: Unidades de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses e de Acidentes Causados por Animais Peçonhentos e Venenosos, de relevância para a saúde pública (UVZ), **Centros de Controle de Zoonoses (CCZ)**, Unidades de Controle de Zoonoses e Fatores Biológicos de Risco (UCZs), Canis Municipais (CM), Canis de Manutenção de Cães e Gatos (CMCG), Centros de Vigilância Ambiental e Controle de Zoonoses (CVACZ), entre outros.

(...)

1 zelar pela prevenção das doenças infecciosas dos animais alojados sob sua guarda e **pela higiene das instalações**;

2 orientar todos os atos que impliquem na adequação quanto ao recolhimento dos animais;

3 qualificar os funcionários do órgão quanto aos programas de vigilância, prevenção e controle de zoonoses; prevenção de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos; controle de vetores e demais animais sinantrópicos; tratamento adequado aos cidadãos; e manejo etológico dos animais;

4 cuidar da qualificação do pessoal quanto ao uso de EPIs e aos cuidados na aplicação de inseticidas, raticidas e/ou outros produtos domissanitários, e seu efeito no meio ambiente, evitando danos à natureza;

5 ter conhecimento do mecanismo de ação, poder residual e toxicidade dos produtos utilizados no controle de vetores e demais animais sinantrópicos.



Deste modo, diante de todo o exposto, notadamente que a única pendência relacionada ao auto de infração é sobre o item VII, que trata das **instalações físicas externas e internas** e se elas estão em boas condições de **conservação, segurança, organização, conforto e limpeza**, e que para tal item a Fiscal assinalou apenas a **necessidade de uma reforma geral**, sugere-se a solicitação em prorrogar o prazo para tal adequação, bem como a desconstituição da multa aplicada (art. 12 da Resolução CFMV nº 1275/2019 c/c art. Art. 7º da Resolução CFMV nº 682/2001).

Dado o prazo exíguo para recorrer, e considerando que o meio estabelecido é o correio eletrônico (e-mail), encaminhe-se cópia desta manifestação por tal meio ao órgão consulente para providências.

Após censura do Sr. Gerente, encaminhem-se os autos ao órgão consulente para ciência e providências.

Bauru, 26 de jul. de 2025 .

Luís Felipe Vicente Pires
Procurador do Município
OAB/SP nº 381.409